

# ESTADO E SINDICALISMO DOCENTE:

## 20 ANOS DE CONFLITOS

Moacir Gadotti

A educação na América Latina está passando por profundas mudanças em relação à sua concepção, aos seus conteúdos, métodos e objetivos, enfrentando problemas crônicos, como a evasão, a repetência e a baixa qualidade. Essas mudanças têm suscitado as reações mais diversas por parte dos docentes, tanto universitários quanto do ensino fundamental e médio.

Algumas reformas reduziram as despesas com educação, em prejuízo dos salários dos professores, outras realizaram descentralizações de encargos para as municipalidades e sobrecarregaram as escolas e os docentes. Seja como for, elas estão traçando novos rumos para a educação – sobretudo para a educação básica – diante dos quais os sindicatos e associações de docentes vêm se posicionando.

Nas últimas décadas, as condições de vida e de trabalho na área educacional causaram a expulsão de um significativo número de professores. Muitos deles viram-se obrigados a ir em busca de carreiras mais bem remuneradas. Em certos momentos, o sistema de ensino, por isso, quase entrou em colapso, pois muitas escolas públicas não conseguiram iniciar o ano letivo nas datas previstas. Em 1994, por exemplo, das 6000 escolas urbanas da rede estadual de ensino de São Paulo, 2000 não iniciaram o ano letivo na data prevista por falta de professores.

Todo início de ano letivo, focos de conflito surgem e se desenvolvem entre professores, sindicatos e Estado. As medidas governamentais, seguindo de perto o receituário neoliberal, estão dando uma resposta apenas tecnocrática – que não deixa de ser política – a es-

se contexto de crise. Elas se concentram no ensino fundamental, deixando o ensino universitário, a educação infantil e a educação de jovens e adultos para o mercado resolver. Por isso é de se esperar, para os próximos anos, novos conflitos. A crise deverá aprofundar-se enquanto os governos se omitirem ou ignorarem as reivindicações dos trabalhadores em educação e mostrarem-se inábeis para negociar com a sociedade as necessárias reformas nesse setor. A qualidade da educação é condição para a eficiência econômica. Mas a qualidade educacional que gera a eficiência econômica que se opõe ao paradigma neoliberal não será atingida sem uma reforma das políticas sociais que conte com a participação da comunidade.

### Trabalhadores em educação

A primeira reunião de educadores brasileiros de que se tem notícia deu-se no Rio de Janeiro, em 1873, convocada por iniciativa do Governo. Dela participaram apenas professores das escolas daquele município. Dez anos depois, realizou-se, na mesma cidade, uma Conferência Pedagógica que reuniu professores de escolas públicas e particulares da região.

A Proclamação da República (1889) levou o Governo Federal a retrair-se no que diz respeito à convocação de reuniões e conferências de âmbito nacional. Entendia-se que o ensino deveria estar isento das “intervenções” do poder central, iniciando-se um longo período de omissão da União diante do ensino fundamental.

Em 1924 foi criada a ABE (Associação Brasileira de Educação), que contava com a participação de professores e interessados em questões educacionais.

A ABE ocupou lugar de destaque pela sua valiosa contribuição ao processo de transformação do campo educacional. A partir de 1927, organizou conferências nacionais em diversas cidades sobre diferentes temas. Foram ao todo 13 conferências entre 1927 e 1967, que chegaram a influir na política educacional em conjunturas determinadas.

O golpe político-militar (1964) afastou lideranças consolidadas e emergentes nos mais diversos ramos das ciências, da tecnologia, das artes e da educação. Ainda assim, em 1967 foi realizada no Rio de Janeiro a 13ª Conferência Nacional de Educação promovida pela ABE. Essa conferência já não teve repercussão alguma no meio educacional, resumindo-se a palestras proferidas para poucas pessoas.

Na reorganização dos trabalhadores em educação foi importante a contribuição da SBPC. A partir de 1970, as reuniões da SBPC – fundada em 1948 – deixaram de ser eventos que só diziam respeito aos professores universitários e pesquisadores, abrangendo também outros setores da sociedade, uma vez que esse era um dos poucos espaços que permitiam a expressão das opiniões públicas e propiciava o livre debate da sociedade civil. Na década de 70, em consequência do movimento estudantil de 1968 e outros fatos que marcaram essa época, a situação educacional brasileira foi particularmente debatida. Mas os movimentos restringiam-se, muitas vezes, ao protesto diante da maneira autocrática de reformar o sistema educacional adotada pelo regime militar.

A partir da segunda metade da década de 70, a sociedade civil foi se reorganizando. Nos mais variados setores surgiram novas associações, e as antigas começaram a adquirir maior dinamismo. Desde 1975, as Associações de Docentes do Ensino Superior se multiplicavam nas universidades públicas e privadas. Em julho de 1977 foi criado, no Rio de Janeiro, o CEP (Centro Estadual de Professores), que congregava o magistério do estado do Rio de Janeiro. Em 1978 foi reestruturada a APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do estado de São Paulo). Isso ocorreu também em outros Estados. Nessa época cresceu muito a CPB (Confederação dos Professores do Brasil), por conta do fortalecimento das entidades estaduais. Mais tarde (1989), a CPB transformou-se

Orlando Britto/Abril Imagens



*Professores ocupam Brasília em defesa da educação.*

na CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). A denominação “trabalhadores em educação”, em vez de “educadores”, “professores” ou “profissionais da educação”, reflete a mudança de percepção da própria categoria no conjunto dos trabalhadores em geral. Ela toma consciência de que os problemas que afetam os docentes são basicamente os mesmos de outras categorias de trabalhadores. Portanto, as lutas do magistério são consideradas, a partir de então, semelhantes às dos trabalhadores em geral.

Em 1978 foi fundada a ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação), hoje Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (com a mesma sigla), inicialmente uma associação de coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação que logo se abriu (1979) para professores, alunos e pesquisadores em educação.

Em 1979 foi criada a ANDE (Associação Nacional de Educação). Isso se deu no momento em que os educadores retomavam a bandeira de luta pela “educação pública e gratuita para todos” contra a política privatista do regime militar.

A união dessas três entidades – CEDES, ANPEd e ANDE – na preparação da CBE (Conferência Brasileira de Educação) deu-se a partir da reunião anual da ANPEd de Salvador (1979), onde os participantes demonstraram interesse pelo mesmo tema: “política educacional”, proposto pelo CEDES, para a realiza-

ção do II Seminário de Educação Brasileira. O encontro mudou de nome para Conferência Brasileira de Educação, mantendo-se o tema do seminário proposto pelo CEDES. Essa iniciativa contou logo com o apoio do CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea). Essas quatro entidades realizaram, no início de 1980, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – um dos mais importantes bastiões de resistência ao regime militar –, a I Conferência Brasileira de Educação, chamada de “brasileira” para distingui-la das Conferências “nacionais” da ABE.

É no final da década de 70 e início de 80 que surge o maior número de entidades educacionais, tanto as que se referem à educação formal quanto às que se situam na área de educação sindical, popular e não-formal ou extra-escolar.

Após uma fase de repressão e outra de relativa abertura, depois de 1985, vivemos uma fase de consolidação das entidades e organização dos trabalhadores em educação. De uma fase crítica, com intensa mobilização, greves e manifestações públicas, passou para uma fase orgânica de propostas, participando na elaboração de políticas públicas em todos os níveis e particularmente na elaboração do capítulo da educação da Constituição de 1988 – a despeito de toda a desconsideração que sofreu posteriormente – e, depois, na elaboração da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), hoje ainda em tramitação.

### **Movimento sindical docente**

Na década de 50, por mais que tenham sido frequentes os congressos de educadores, até mesmo com a presença do presidente da República — como foi o caso do Segundo Congresso Nacional de Alfabetização, realizado em 1958 no Rio de Janeiro —, não se conseguiu criar uma entidade nacional de educadores. A primeira só veio a nascer em 1960, como resultado de discussões ocorridas entre 1953 e 1959 em três Congressos realizados em Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Onze entidades, reunidas no IV Congresso, realizado em Recife em 1960, criam a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB).

O período que vai de 1960 a 1972 pode ser caracterizado como o período de organização e consolida-

ção da entidade ao nível nacional e vinculação ao nível internacional.

Nacionalmente, a CPPB incentivou a formação de entidades estaduais, incluindo os Territórios. Este incentivo foi dado através de contatos constantes com os professores das regiões onde não existia ainda qualquer tipo de organização. Havia, no entanto, dificuldades geradas pela falta de recursos. Problema que afetava até as reuniões da diretoria, pois os seus membros – presidente, tesoureiro, secretário – geralmente não residiam no mesmo estado.

Internacionalmente, a CPPB filiou-se, em 1962, à Confederação Mundial das Organizações de Profissionais do Ensino (CMOPE), com sede na Suíça. A filiação à CMOPE facilitou financeiramente a sobrevivência da entidade, que até então vinha sendo apoiada apenas pelos órgãos oficiais ligados à educação.

O período de 1973 a 1978 pode ser considerado como um período de ampliação da entidade, que, nessa época, passa a chamar-se CPB (Confederação de Professores do Brasil), representando não somente professores primários, mas também professores de outros níveis de ensino.

Os anos de 1979 e 1980 configuram-se como os anos de crise e transição para a democratização da confederação, com uma presença maior das entidades filiadas, que mudam os estatutos (1979): ela passa a ser administrada pelos presidentes das entidades filiadas. Nesse período de transição, o movimento dos professores cresceu ao nível nacional, organizando greves em vários Estados, o que levou a CPB a um debate interno e a uma crise quanto à decisão de acompanhar o avanço do movimento grevista nacional. Ocorreram articulações de algumas entidades, que não faziam parte da CPB, para a formação de outra entidade nacional.

Nos anos seguintes, a CPB consolidou sua estrutura democrática. Cresceu e reformou novamente seus estatutos (1983): definiu as eleições não mais por voto direto de todos os professores, mas por delegados em Congresso Nacional. Em janeiro de 1989, mudou de nome e passou a ser chamada de Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), com a unificação da CPB com três outras entidades nacionais de educadores: a FENASE (Federação Nacional de Supervisores do Ensino), a FENOE (Federação

Nacional de Orientadores Educacionais) e a Coordenação Nacional de Servidores do Ensino Público.

Na sua maioria, a CNTE hoje é composta por trabalhadores do ensino público e congrega atualmente mais de trinta entidades estaduais, representando uma base de mais de dois milhões de trabalhadores, seiscentos mil dos quais sindicalizados. A CNTE é filiada à CUT (Central Única dos Trabalhadores) desde 1988. Segundo João Antônio Cabral de Monlevade (in *Sociedade civil e educação*, Coletâneas da C.B.E., Campinas, Papirus, 1992, p. 184), ela passou por três momentos: a) de 1965 a 1980, em que era considerada uma “caixa de ressonância”; b) de 1980 a 1987, como um agitado “palco de debates”; c) de 1987 para cá, na qual os trabalhadores em educação têm sido “produtores e defensores de propostas”.

Essa evolução de uma fase crítica para uma fase mais orgânica e propositiva deu-se no momento em que os professores precisaram apresentar suas propostas para a Constituinte (1986-1988). A organização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em março de 1987, com outras 10 entidades, é uma data marcante dessa mudança de rumos do movimento sindical dos docentes. Assim, “da postura crítica e questionadora, as lideranças do magistério de 1º e 2º graus foram obriga-

das a flexionar para um novo comportamento: o de contribuição competente para se construir e se defender propostas alternativas concretas para a realidade brasileira e que, ao mesmo tempo, contemplassem as posições políticas do movimento” (*Idem*, p. 188).

Os professores do ensino superior no Brasil aglutinam-se em torno da Andes (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior), que nasceu da união das ADs (Associações de Docentes), surgidas em várias universidades, a partir de 1976. A sua unidade foi conseguida a partir da greve das universidades autárquicas de 1980, a primeira greve nacional desde 1964, a qual mostrou a necessidade da criação de uma entidade nacional.

Fundada em 1981, os eixos fundamentais de luta da Andes, eram, na época – e de certa forma continuam até hoje – os seguintes: a) contra a privatização da educação fomentada pelos governos brasileiros desde 1964; b) rejeição da estrutura universitária imposta pela reforma de 1968; c) combate à deterioração das condições de trabalho dos docentes. Ela teve uma participação importante no movimento pela anistia, pelas eleições diretas para presidente e pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Promulgada a nova Constituição, a Andes passou a exercer, por direito, a ação sindical que já exercia de fato e, em 1989, trans-

Carlos Fenerich/Abril Imagens



A década de 80 foi marcada por greves no setor educacional em todo o estado.

formou-se em Sindical Nacional, mantendo a mesma sigla histórica (Andes-SN). No mesmo ano filiou-se à CUT. Hoje está filiada à Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE), à Confederação Mundial de Sindicatos Profissionais do Ensino (CEMOP) e à Confederação de Professores da América (CEA).

As organizações nacionais dos educadores são sustentadas por fortes bases estaduais como o CPERS, no estado do Rio Grande do Sul, e a

Apeoesp, no estado de São Paulo. A Apeoesp foi fundada com o nome de Apenoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial Secundário e Normal do estado de São Paulo), em 1945, em São Carlos. Em 1973 seu nome foi mudado para Apeoesp. É considerada uma das entidades de docentes mais organizadas, democráticas e combativas do Brasil.

A partir de 1964 a Apeoesp passou a ser controlada por grupos de pessoas conformadas com o regime militar. Nos anos 1976 e 1977 surgiram dois movimentos de oposição: o MUP - Movimento de União dos Professores e o MOAP - Movimento de Oposição Aberta dos Professores. Temendo a sua organização e crescimento, a diretoria da Apeoesp de então denunciou esses movimentos às forças de repressão da ditadura, o DEOPS. Quando os setores combativos do magistério contra o chamado "peleguismo" venceram as eleições de 1979, a entidade tinha 32 mil associados. Hoje conta com 122 mil associados, 207 regionais e 76 subsedes. O Conselho Estadual de Representantes (CER) é formado por 1403 conselheiros eleitos em todo o estado de São Paulo.

### **Conflito, consenso, pacto ou parceria?**

As relações entre o Estado e os sindicatos de trabalhadores em educação são muito dinâmicas, variam de conjuntura para conjuntura e dependem, sobretudo, do regime de governo, que pode ser de caráter democrático, autoritário ou totalitário. Há contudo possibilidade de montar alguns "tipos ideais" (Max Weber). Segundo o método compreensivo da sociologia weberiana, chega-se a um "tipo ideal" de comportamento acentuando os elementos explicitados, encaixando os elementos isolados e difusos e ordenando-os segundo um ponto de vista.

Pela observação e leitura de farta documentação, colecionada durante os últimos 20 anos (1977-1996), como boletins, recortes de jornais, revistas, livros, artigos, panfletos, bem como entrevistas com sindicalistas e assessores sindicais, podemos chegar a três "tipos ideais", constitutivos das relações mantidas entre Estado e sindicato docente.

1º - Sindicalismo de contestação (ou de confronto político). Marcado principalmente pela oposição a uma

situação vigente, este é um sindicalismo que se nega a participar de uma dada realidade, pois entende que as contradições existentes entre Estado e sindicato são de tal magnitude que se torna impossível qualquer negociação. Não existem canais de diálogo nem áreas de tangência que justifiquem aproximações. Este tipo de sindicalismo revela na sua atuação um alto grau de dependência frente aos partidos políticos. Em 1980, uma das manchetes do jornal *Folha de S. Paulo* foi a seguinte: "Apeoesp quer agitar, acusa o Secretário. 'Agitador é ele', reage o presidente da entidade". Um grupo de mais de sessenta professores havia realizado um ato público pedindo ao Secretário adiamento da nomeação de aprovados num concurso de ingresso. "Fleury reafirma ódio aos professores", é a grande manchete do *Boletim da Apeoesp*, nº 12 de 8 de dezembro de 1994, 14 anos depois. Os outros títulos da primeira página do Boletim são: "hipocrisia", "omissão", "mordomia", "irresponsabilidade", "rapinagem", todos com referência ao governador do estado de São Paulo, Antônio Fleury Filho.

Esse confronto com o Estado mostra a enorme dificuldade de diálogo entre essas instituições. Dificuldade essa que se acentuou durante a ditadura militar pelo autoritarismo presente no regime. Uma simples assinatura num abaixo-assinado a ser entregue ao Secretário de Educação podia, naquela época, ser motivo de demissão, quando não de encarceramento. Os sindicatos, quando não eram proibidos de funcionar, viviam sob estrita tutela e controle do Estado, que os reprimia quando ameaçavam a sua hegemonia. Quando funcionavam, era sob vigilância. As ditaduras sempre hostilizaram o magistério e consideraram os professores como cidadãos de segunda categoria.

2º - Sindicalismo reivindicativo. Outro modo de relação entre Estado e sindicato docente é do tipo reivindicativo, mais corporativo em suas relações com as autoridades. Enquanto o sindicalismo de confronto político tem uma conformação basicamente pelas liberdades políticas, o sindicalismo reivindicativo tem uma conformação mais economicista, característica essa predominante no sindicalismo chamado de "pelego".

Os sindicatos que atuam com essa orientação estão mais preocupados com as questões específicas da categoria. Nesse caso, eles não se sentem tão responsáveis pelos destinos do país, da educação e da quali-

***As relações entre o Estado e os sindicatos de trabalhadores em educação são muito dinâmicas, variam de conjuntura para conjuntura e dependem, sobretudo, do regime de governo, que pode ser de caráter democrático, autoritário ou totalitário.***

dade do ensino: apresentam sistematicamente listagens de reivindicações da categoria e medem seu êxito pelo atendimento ou não a essas reivindicações. Em geral elas se resumem na *melhoria salarial* e na *melhoria das condições de trabalho*. Por isso, os sindicatos marcados por essa corrente sindical têm atuação mais intensa nos meses que precedem a data-base de reajustes salariais. A pauta quase única de mobilização é a “campanha salarial”. Quando abordam temas educacionais é porque eles afetam diretamente os salários dos docentes.

3º - Sindicalismo autônomo (ou crítico). Na falta de uma expressão melhor, chamo a esse sindicalismo emergente de sindicalismo autônomo e crítico, que não é nem o sindicalismo “pelego” – que, embora inexpressivo, também existe – e nem o sindicalismo de oposição sistemática ao Estado. O sindicalismo a que me refiro mantém certa margem de independência, tanto diante dos partidos políticos quanto do Estado. Trata-se de um sindicalismo crítico, porque, mesmo não fazendo oposição sistemática ao Estado, confronta-se com ele, dialoga quando necessário e está disposto a dividir a responsabilidade do enfrentamento dos desafios educacionais. Nesse sentido, além de contestar e reivindicar, é também propositivo. Mantém sua autonomia – não isolamento – tanto no diálogo sério e responsável quanto no conflito de interesses com o Estado e desenvolve a capacidade autônoma de negociação. O chamado “sindicato cidadão” é uma das expressões desse novo sindicalismo.

Como dissemos, as relações entre o poder público e os sindicatos de professores são dinâmicas, portanto não existem em “estado puro”. Estão em permanente evolução e traduzem, na prática, certas concepções (correntes ou tendências) do sindicalismo. O que ocorre é que certos sindicatos se aproximam desta ou daquela tipologia, que pode variar segundo a conjuntura. Contudo, nesses últimos 20 anos, as relações en-

tre Estado e sindicalismo docente foram predominantemente tensas e conflituosas, preocupando cada vez mais não só os secretários de educação mas também os dirigentes sindicais.

### **Por uma nova cultura escolar**

Nos seus últimos congressos, a CNTE vem destacando a importância que tem a qualificação do professor, questão que ela não quer que fique apenas nas mãos do governo. Com isso o movimento docente e sindical dos professores ganhou mais força. Em 1994, por conta do movimento em torno do Plano Decenal de Educação para Todos, alguns sindicatos passaram a se preocupar também com o “planejamento educacional”, tanto no interior da escola quanto nas Secretarias de Educação.

As lutas sindicais da categoria do magistério mobilizam cada vez mais trabalhadores em educação nos últimos anos, mas os resultados práticos não têm sido muito animadores. Houve, nesse período, um grande desgaste dos instrumentos de luta, como as greves. Os sindicatos de professores se fortaleceram, “a entidade sindical cresceu bastante numericamente, mas qualitativamente se enfraqueceu na luta”, como sustenta Sonia Kruppa em sua dissertação de mestrado sobre “*O movimento de professores em São Paulo*”, defendida na Faculdade de Educação da USP em 1994. Ela analisou exaustivamente o movimento de professores e concluiu que existe a “*entidade sindical*” e o “*movimento docente*”: O movimento dos professores é mais amplo do que a entidade. Há momentos em que a entidade está mais perto do movimento e outros em que se afasta. Ela reconhece que a Apeoesp tem uma organização interna democrática, mas o modelo de sindicalismo que está embutido na sua prática é o da empresa privada, da relação direta “capital contra trabalho”.

Como em todo mundo, também no Brasil o movimento sindical passa por uma crise provocada não só

pela revolução da microeletrônica e pela automação, mas também pelo modelo econômico pós-fordista que provoca desemprego, baixando a taxa de sindicalização. Nesse contexto, os sindicatos estatais são os que têm melhores condições de sobrevivência. Os grandes movimentos de massa de suas bases são hoje mais raros. Isso não significa que não possam ressurgir de um momento para outro. A última década foi marcada pela alternância entre momentos de intensa participação popular e de apatia.

Pelas novas pautas de discussão dos debates sindicais recentes no magistério, percebe-se que a questão dos salários e das condições de ensino ainda prevalecem. Isso se justifica plenamente na medida em que esses são os temas mais preocupantes. Salários e condições de trabalho vêm se deteriorando. Todavia, cresce também a preocupação com a melhoria da qualidade da educação pública, que se traduz por novas publicações, seminários e debates, substituindo um certo ativismo imediatista da sua fase inicial por uma capacidade de pensar a longo prazo as questões educacionais.

A CNTE assinou dia 19 de outubro de 1994, junto com a UNDIME, o CONSED e o MEC, o Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação. Esse Pacto foi resultado de um caminho percorrido a partir de 1989 com as reuniões preparatórias à Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Tailândia, 1990) até a Conferência Nacional de Educação para Todos, realizada em Brasília, em 1994, onde a entidade assinou o Acordo Nacional de Educação para Todos. O Pacto foi decorrência de um “Programa de Emergência” proposto no Acordo. Estabelecia um amplo programa de reformas com calendário para a sua concretização. Estabelecia ainda “linhas de ação”, entre as quais estava a realização de estudos e pesquisas, a formação inicial e continuada do magistério, revisão dos Estatutos e planos de carreira do magistério, a melhoria das condições de trabalho docente e a disseminação de experiências inovadoras.

Dois pontos centrais eram atacados: a responsabilidade compartilhada entre as diversas esferas de governo (União, Estados e Municípios) e entidades representativas dos trabalhadores em educação com relação à educação básica e o “estabelecimento do piso salarial profissional nacional de, no mínimo, R\$ 300,00 (trezentos reais), com garantia de seu poder aquisitivo em 1º de julho de 1994, como a remuneração total no início da carreira e excluídas as vantagens pessoais, para o professor habilitado, pelo menos, em nível médio, e que esteja no exercício de atividade técnico-pedagógica em instituição educacional”. Isso equivaleria hoje aproximadamente a R\$ 450.

No ano seguinte, esse acordo foi julgado “irrealista” pelo governo Fernando Henrique Cardoso. O Ministério da Educação preferiu convidar especialistas

Adolfo Gerchmann/Abril Imagens



*No RS, a PM reprime o movimento docente.*

do Banco Mundial e iniciar um grande programa de reformas educacionais, algumas até acertadas, mas sem a participação dos educadores. O MEC perdeu o papel de articulador que havia conquistado com dificuldade. O Pacto foi rompido pelo governo. A entidade retirou-se das negociações, e o

confronto com o governo vem se intensificando.

Como se vê, os educadores têm feito esforços no sentido do entendimento com o Estado, mas as negociações têm esbarrado freqüentemente na questão salarial. A busca de novas relações, com base numa ética integral, deveria ser incentivada. Estudos sobre a mentalidade político-ideológica que fundamenta essas relações, tanto no interior dos sindicatos quanto no exercício do poder público, deveriam preocupar pesquisadores e políticos. Precisamos construir uma nova cultura escolar com base na experiência democrática.

---

**Moacir Gadotti** é professor titular da Faculdade de Educação da USP. Foi professor de Filosofia e História da educação na PUC/SP, PUC/Campinas e na Unicamp. Publicou os livros: *Pensamento pedagógico brasileiro*, *História das idéias pedagógicas* e *Pedagogia da Práxis*.